

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: RESTAURAÇÕES CONSERVADORAS NO CAMPO EDUCATIVO NA AMÉRICA LATINA.

Dalila Andrade Oliveira [*]

Myriam Feldfeber [**]

[*] Doutora em Educação (USP). Professora Titular de Políticas Públicas em Educação (PPGE/UFGM). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Pesquisadora PQ1A/CNPq.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4516-6883>
E-mail: dalilaufmg@yahoo.com.br

[**] Profesora Titular Universidad de Buenos Aires Magister en Ciencias Sociales con orientación en Educación. FLACSO.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5948-6688>
E-mail: mfeldfeb@filo.uba.ar

A proposição deste dossiê, com tema tão provocativo, é resultado de debates realizados em diferentes espaços acadêmicos e políticos, envolvendo colegas de distintas instituições e países. A onda conservadora que se acentuou no final desta década, identificada por vários eventos em diferentes partes do mundo, em especial com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, tem sido amplamente discutida e estudada por pesquisadores de variadas áreas do conhecimento em diferentes contextos nacionais.

As repercussões ou feições da referida onda conservadora ou neoconservadora, como alguns a descrevem, na América Latina têm sido objeto frequente nos debates acadêmicos e políticos na região. Em especial, no âmbito da Rede Latino-americana de Estudos sobre Trabalho Docente (Rede Estrado) que, nos seus mais de 20 anos, promove canais de discussão e interação entre pesquisadores de diversas instituições e países na região.

Encontra-se no repertório de discussões da agenda atual de estudos sobre temas que envolvem as políticas de educação no contexto latino-americano, o debate atual sobre os retrocessos e ameaças conservadoras que têm tido a escola e os docentes como foco. A região latino-americana está vivendo na atualidade uma onda neoconservadora que tem influenciado decisivamente a agenda da

educação, ameaçando os direitos conquistados ao longo de décadas de lutas sociais. São muitos os retrocessos nas políticas educativas em vários países da região. Essa onda neoconservadora tem sido compreendida como um processo de regressão de direitos civis, políticos e sociais.

No Brasil, a partir do golpe de 2016, que culminou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, as políticas sociais, incluindo a educação, passaram a viver constantes retrocessos que são evidenciados tanto pelos sucessivos cortes orçamentários, quanto pelo crescimento de um discurso conservador que tem ameaçado as liberdades democráticas, a gestão participativa nas escolas e a autonomia docente.

A Emenda Constitucional n. 95, aprovada durante o governo do presidente Michel Temer, congela o gasto público por um período de 20 anos, o que tem levado à restrição de direitos sociais importantes por falta de financiamento e transformado em letra morta o Plano Nacional de Educação, Lei 13009/2014, que inscreveu no texto legal os anseios de uma agenda educacional mais democrática e inclusiva. Ao lado dos retrocessos econômicos, constata-se a assunção de políticas conservadoras que se expressam por atitudes que reforçam valores inaceitáveis em sociedades democráticas, tais como o racismo, a homofobia, o machismo, entre outros.

Na educação, esses movimentos apareceram em forma de projetos como "Escola sem partido" e campanhas contra a chamada "ideologia de gênero". Além de outras manifestações, tais como: a defesa do *home schooling*, ou da *choice-school* e, mais recentemente no governo do presidente Jair Bolsonaro, a militarização de escolas, contando inclusive com financiamento por parte do governo federal. Somam-se a essas estratégias políticas, outras formas de propostas privatistas que desde os anos 1990 têm apresentado tendência em crescimento no país.

Entretanto, esse cenário não é uma particularidade do Brasil, encontrando paralelo em contextos nacionais de outros países da América Latina. Apenas como exemplo, já que há uma pluralidade de situações que manifestam nos contextos escolares latino-americanos na atualidade, destaca-se no caso do Peru o movimento *Con mis hijos no te metas*, que também tem promovido a vigilância no contexto escolar buscando limitar a liberdade de expressão e a autonomia docente.

Os ataques sofridos pela educação pública na região latino-americana assumem diferentes feições, desde uma pluralidade de procedimentos privatizadores até a deslegitimação das escolas e a desautorização dos seus profissionais e de seus sindicatos, criticados como demasiadamente corporativos. Contudo, esses ataques não são dirigidos somente à educação básica, mas incluem também a educação superior, as universidades públicas em especial, as ciências humanas e sociais e os pesquisadores.

Diante desse cenário, consideramos que a pesquisa acadêmica se defronta na atualidade com o desafio de compreender as origens dessas políticas, seu desenvolvimento e suas consequências sobre a educação e a sociedade como um todo. É justamente pensando nesse desafio e movidas pelo compromisso político com as gerações vindouras, com a preservação da vida, da cultura e com sociedades justas e democráticas, que organizamos este dossiê na Revista Temas em Educação. Os artigos reunidos nesta publicação são contribuições, a partir de diferentes enfoques, abordagens e objetos empíricos, oferecidas por uma pluralidade de pesquisadores que aliam competência acadêmica, experiência profissional e compromisso político.

Esperamos que os artigos reunidos neste dossiê possam oferecer um amplo painel de leitura que contemple a diversidade presente na região latino-americana e a atualização das discussões em torno de problemas atuais e emergentes para os quais urgem análises e proposições.

Submetido em: dezembro de 2020.

Aprovado em: dezembro de 2020.

Publicado em: dezembro de 2020.